



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

THALITA HENRIQUE DE SOUZA SILVA

GRAVIDEZ PRECOCE:

O papel do psicólogo frente às políticas preventivas para adolescentes

Icó – CE

2022

THALITA HENRIQUE DE SOUZA SILVA

GRAVIDEZ PRECOCE:

O papel do psicólogo frente às políticas preventivas para adolescentes

Monografia submetida à disciplina de TCC II, do Curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Prof. Esp. Lucas Ledo Alves

THALITA HENRIQUE DE SOUZA SILVA

GRAVIDEZ PRECOCE:

O papel do psicólogo frente às políticas preventivas para adolescentes

Monografia aprovada em 30/ 06 /2022, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Esp. Lucas Ledo Alves

Orientador

Prof^a. Dra. Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco

Avaliadora

Prof^a. Esp. Letícia Augusto Oliveira Silva

Avaliadora

Icó – CE

2022

“No fundo, todos temos necessidade de dizer quem somos e o que é que estamos fazendo, e a necessidade de deixar algo feito, porque esta vida não é eterna e deixar coisas feitas pode ser uma forma de eternidade.” (As Palavras de Saramago, 2010, p. 134)

RESUMO

A gravidez precoce é o fenômeno que ocorre quando meninas engravidam antes de completarem os 19 anos de idade. No Brasil os casos de gestações nessa faixa etária encontram-se acima da média de outros países, em virtude disso essa ocorrência é considerada um problema de saúde pública que deve ser observada de maneira ampla, pois engloba diversos aspectos da vida dos adolescentes como: sociais, culturais e econômicos. Diante disso, esse trabalho teve como objetivo descrever a atuação do psicólogo nas políticas preventivas destinadas ao público adolescente no combate a gravidez precoce, os dados foram coletados por meio da pesquisa exploratória, qualitativa do tipo bibliográfica e o conteúdo foi examinado por meio da análise de conteúdo. Evidenciou-se que a gravidez na adolescência continua sendo uma demanda a ser trabalhada dentro da saúde pública brasileira, pois os casos continuam em ascensão e a idade que os jovens iniciam as práticas sexuais está cada vez mais cedo e sem as orientações necessárias sobre sexualidade e métodos contraceptivos o que deixa esse público vulnerável a contrair infecções sexualmente transmissíveis (IST) e a gravidez na adolescência. A pesquisa buscou trazer de volta essa temática ao combo do debate para que mais pesquisas sejam realizadas na área da psicologia em atenção primária com caráter preventivo para que fundamente-se mais metodologias do profissional de saúde mental atuando nessa problemática.

Palavras-chave: Atenção Primária. Gravidez Precoce. Psicologia e Gravidez na adolescência.

ABSTRACT

Teenage pregnancy is the phenomenon that occurs when girls become pregnant before reaching the age of 19. In Brazil, the cases of pregnancies in this age group are above the average of other countries, so this occurrence is considered a public health issue that must be observed broadly, as it encompasses several aspects of adolescents' lives, such as: social, cultural and economical. Therefore, this work objective is to describe the role of the psychologist in preventive policies focused on the adolescent public in the fight against teenage pregnancy, the data were collected through exploratory, qualitative research of the bibliographic type and it was examined through the analysis of contents. It was evidenced that teenage pregnancy continues to be a demand to be overcome by Brazilian public health, as cases continue to rise and young people start having sex at an earlier age and without the necessary guidance on sexuality and contraceptive methods. This leaves them vulnerable to acquiring sexually transmitted infections (STIs) and teenage pregnancy. The present work sought to bring this theme back to the debate combo in order that more research is carried out in the area of psychology in primary care with a preventive character so that more methodologies of the mental health professional working in this problem are based.

Keywords: Primary Attention. Teenager Pregnancy. Psychology and adolescent Pregnancy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS	8
2.1 GERAL	10
2.2 ESPECÍFICOS	10
3 REVISÃO DE LITERATURA	11
3.1 ADOLESCÊNCIA: CONCEITOS E IMPLICAÇÕES	11
3.2 POLÍTICAS DE PREVENÇÃO A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	12
3.3 GRAVIDEZ PRECOCE E A VULNERABILIDADE SOCIAL	13
3.4 ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE A GRAVIDEZ PRECOCE	14
4 METODOLOGIA	16
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (2020) define gravidez precoce sempre que a menina engravida antes dos 19 anos de idade. Nos dados do relatório da Organização das Nações Unidas (2020) a taxa de gravidez entre meninas de 15 a 19 anos no Brasil é de 62 mil bebês nascidos vivos; essa média encontra-se acima da mundial que é de 44 a cada mil. De acordo com Azevedo (2015) a gravidez precoce é um problema de saúde pública que deve ser observado de maneira ampla, pois como destaca Rodrigues (2016) ela é uma ocorrência preocupante que envolve aspectos clínicos, fatores sociais, econômicos e culturais. Somado a essas condições, a Sociedade Brasileira de Pediatria (2019) destaca que a falta de informações sobre sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos ainda é o principal fator que leva a ocorrência da gravidez na adolescência.

No Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069 de 1990, artigo 2º define que o período que corresponde à adolescência é entre os 12 aos 18 anos de idade (BRASIL, 2008). É nessa fase que de acordo com Ferreira (2010) acontece uma série de mudanças psicossociais, emocionais e físicas que irá corresponder com o início da vida sexual, dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNS) realizada em 2019 mostrou que 35,4% dos escolares entre os 13 a 17 anos já haviam tido sua primeira relação sexual. O início das atividades sexuais tão precoces acaba expondo esse público a situações vulneráveis como contrair infecções sexualmente transmissíveis (IST), conflitos entre casais e a gravidez precoce. Diante a essas problemáticas que envolvem a adolescência a Atenção Primária à Saúde (APS) e os profissionais são direcionados a realizarem atendimentos, orientações e disponibilizar métodos contraceptivos gratuitos (BRASIL, 2021).

A APS começou a nascer na Conferência Internacional sobre Saúde que tinha como principal tema a atenção primária, ela foi realizada em Alma-Ata, Cazaquistão, 1978; onde se definiu que a APS era a principal chave para se inserir um sistema de saúde que iria promover um desenvolvimento social e a saúde como um direito (NUNES, CASTANHEIRA et al; 2018). A partir de então foi levado à ideia de APS para o Brasil, onde segundo as autoras Schnitman e Hupsel (2017) se configurou como a base do sistema de saúde, ela é considerada a porta de entrada para o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), estando diretamente integrados aos demais níveis da assistência.

Rosa e Silva-Roosli (2019) apontam que a psicologia neste período histórico ainda era pautada na atuação em clínicas com um viés privativo, elitista, encontrando-se a partir do contexto social que o país estava inserido. Seus trabalhos eram destinados a consultórios

particulares, hospitais e ambulatórios de saúde mental focados na internação e na medicalização dos pacientes. Essa mudança como destaca Moreira, Ramos e Aragão (2021) só ocorreram durante a reforma psiquiátrica e na criação do SUS, foi por causa desta luta pelos direitos à saúde que a psicologia foi inserida na APS pautando sua prática orientada pelos processos de territorialização, clínica ampliada, educação permanente em saúde e estimulando a participação da população no serviço. Além disso, os autores destacam que o profissional psicólogo trabalhando na APS deve buscar a superação dos conceitos tradicionais da clínica, procurando sempre o diálogo onde suas atividades estão pautadas.

É por meio de ações em conjunto com outras secretarias que a APS realiza a Campanha de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Além disso, orienta os profissionais de saúde sobre como abordar a temática e tem como objetivo ampliar suas ações para garantir os direitos do público adolescente oferecendo suporte a estados e municípios para que ocorra a redução dos casos (BRASIL, 2020).

Em janeiro de 2020 a temática sexualidade e adolescência protagonizaram um intenso debate na sociedade Brasileira, por causa da sugestão do adiamento sexual como uma política pública que visava diminuir os casos de gravidez precoce (CABRAL E BRANDÃO, 2020). A partir de reflexões pessoais sobre esse debate e a inquietação acerca do número crescente de adolescentes gestantes precocemente surgiu o questionamento de como o psicólogo está atuando nas políticas preventivas para diminuir a gravidez precoce? As campanhas destinadas ao público adolescente com o intuito de prevenção ainda são recentes e escassas, dessa forma elas não parecem surtir efeito, uma vez que são apenas compostas por um banner com uma frase chamativa destinada aos serviços de saúde para ficar exposto. Dessa forma, esse trabalho contribui promovendo a reflexão sobre as políticas de prevenção que estão sendo ofertadas nos serviços de saúde e como a atuação do psicólogo está inserida nelas, possibilitando assim, um questionamento para a sociedade e para os profissionais de psicologia da eficácia dessas propostas de prevenção que são disponibilizadas.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

- Descrever a atuação do psicólogo nas políticas preventivas destinadas ao público adolescente no combate a gravidez precoce;

2.2 ESPECÍFICOS

- Descrever o período da adolescência;
- Identificar os problemas sociais causados pela gravidez precoce;
- Apresentar as políticas de prevenção;

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 ADOLESCÊNCIA: CONCEITO E IMPLICAÇÕES

O termo adolescência é derivado da palavra latina *adolescere* que significa crescer, desenvolver-se (VALENTE, 2012). Esse período de acordo com Papalia e Feldman (2013) começou a ser usada pela sociedade moderna para marcar a passagem da infância para a vida adulta, nessa fase ocorrem várias mudanças que estão diretamente ligadas ao desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, social e a entrada na puberdade que é o processo que irá levar o corpo a maturidade sexual, além disso, Moreira e Folmer (2011) destacam que essas modificações podem ocasionar tensões e inseguranças para esses indivíduos e é nesse momento onde eles precisam da ajuda e compreensão dos adultos para entender esse estágio.

Por conseguinte, Almeida e Corrêa et al (2017) apontam que é nesse período que as experiências sexuais são mais evidentes e geralmente desprotegidas devido a falta de informações, comunicação da família, mitos, tabus e a dificuldade de lidar com sua sexualidade. Por isso Cartelo e Faria et al (2010) salientam que devido a falta de orientações, a procura e curiosidade por experiências novas deixam esse público mais vulnerável e seria nessa fase como aponta Freguglia e Fonseca (2008) onde as informações corretas deveriam ser repassadas, pois o adolescente está começando a experimentar esse turbilhão de sentimentos e omitir esse conhecimento não irá trazer benefícios no caminho por essas descobertas.

Diante dos problemas de comunicação Moreira e Folmer (2015) apontam à necessidade de se trabalhar a educação sexual nas escolas, pois como destaca as orientações técnicas (2014) essas instruções trazem inúmeros benefícios como o amadurecimento, responsabilidade de não praticar comportamentos que tragam risco a sua saúde sexual, ajuda no combate à gravidez na adolescência como também, uma simples palestra realizada sobre educação sexual pode contribuir para uma denuncia de abuso infantil (LOPES, 2020). Entretanto, como destaca Franco et al (2018), infelizmente essa temática nos dias atuais ainda é considerada um tabu nas escolas o que acaba gerando um desafio para os educadores.

3.2 POLÍTICAS DE PREVENÇÃO A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Com a elaboração da Lei nº 13.798 em 2019 foi estabelecida a criação da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, assim de acordo com o artigo 8º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ela passou a ser realizada anualmente no espaço de tempo que incluir o dia 1 de fevereiro e tem como objetivo divulgar informações sobre as medidas preventivas e educativas que contribuem para a minimização dos casos de gravidez precoce. Cabral e Brandão (2020) elucidam que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) colocou em pauta a criação de uma Política Nacional de Prevenção ao Risco da Atividade Sexual Precoce, mas só em dezembro de 2019 ela foi discutida na Câmara dos Deputados em um seminário que abordava o adiamento sexual dos adolescentes.

Posteriormente as mídias nacionais começaram a divulgar a proposta do MMFDH sobre a abstinência sexual como uma maneira de prevenção às situações que colocavam em risco a saúde sexual e reprodutiva como também uma forma de diminuir os casos de gravidez na adolescência (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2020). Contudo os estudos apresentados por Schmitt e Wantuil et al (2020) já demonstravam que campanhas que promovem a abstinência sexual não surtiam efeito na taxa de natalidade entre os adolescentes e quando foram financiadas nacionalmente pelo governo norte-americano acabaram trazendo o efeito oposto, pois aumentaram as gestações nos estados conservadores sendo necessário ações voltadas para a educação sexual, reduzido assim os casos nesses locais.

Entretanto é compreensível que a abstinência das relações sexuais pelos jovens pode ser uma escolha saudável, desde que, essa decisão seja unicamente pessoal e não uma imposição como a única opção que esteja sendo oferecida (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2020). Logo, devido às muitas críticas recebidas à campanha nacional de sensibilização de adolescentes sobre os efeitos negativos da gravidez precoce não utilizou o assunto da abstinência sexual, mas Cabral e Brandão (2020) destacam que mesmo o termo não sendo usado ainda existia o apelo para a iniciação mais tardia das práticas sexuais no slogan “Adolescência Primeiro, Gravidez depois – tudo tem seu tempo (MMFDH, 2020)”.

Na área da educação, Barbosa (2019) aponta que no Brasil não existe uma legislação que regule a educação sexual no ambiente escolar, porém, destaca-se a existência dos Planos Nacionais de Educação (PNE) que é um documento com orientações para a inserção dessa temática nas salas de aula. Em sua primeira versão ele trazia metas para formação dos professores e diretrizes curriculares que abordam temas como a educação sexual, ética, saúde

e assuntos locais. Porém, essa versão acabou não permanecendo por muito tempo, pois alguns de seus objetivos e metas não foram contemplados, em sua segunda versão elaborada para os anos 2011 a 2020 o assunto sexualidade ainda estava sendo contemplado no Eixo II que era intitulado de Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão de Direitos Humanos trazendo proposições e estratégias para as questões raciais, de gênero, orientação sexual e identidade de gênero e direitos reprodutivos.

Contudo é importante ressaltar que o atual PNE 2014 a 2024 não faz mais menção às questões de gênero e sexualidade devido a Lei nº 13.005/14 que o aprovou, mas também reprimiu as menções a essas temáticas fazendo com que o documento se limitasse apenas a um objetivo: Superar as desigualdades educacionais e focar em promover a cidadania e erradicar as formas de discriminação (BARBOSA, 2019). Em pesquisas realizadas em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os resultados apontaram que 70% dos alunos do 9º ano relatam que receberam informações sobre saúde sexual, entretanto essa pesquisa não descreve as formas que essa educação sexual está ocorrendo nas escolas o que torna difícil identificar se elas são adequadas. (FURLANETTO, 2018).

3.3 GRAVIDEZ PRECOCE E A VULNERABILIDADE SOCIAL

De acordo com as autoras Rosaneli, Costa e Sutile (2020) a gravidez na adolescência é um problema que afeta diretamente a trajetória de vida de muitas meninas que acabam sendo colocadas frente à maternidade sem estarem preparadas fisicamente, emocionalmente e financeiramente. Além disso, Almeida (2015) destaca que essa problemática geralmente acontece nas camadas mais pobres e menos escolarizadas da sociedade. Dessa forma, o impacto financeiro, o abandono da escola e as dificuldades de ter o apoio da família são adversidades que irão exigir a adaptação do adolescente frente às mudanças que antecedem a chegada do recém-nascido (NASCIMENTO E ANDRADE, 2013).

Além dessas mudanças Tabora (2014) destaca os riscos físicos, psicológicos e sociais que a gestação nessa faixa etária traz consigo. Dentre os problemas físicos estão os quadros de má nutrição, falta de alimentos que oferece nutrientes essenciais para o desenvolvimento do bebê, os números elevados de abortos espontâneos e partos prematuros e no perigo das adolescentes na faixa etária de 15 anos darem a luz a recém-nascidos com baixo peso e má formação devido à imaturidade do corpo, pois o útero não está totalmente desenvolvido.

Já as dificuldades psicológicas e sociais o mesmo autor apresenta o isolamento e medo das jovens de serem rejeitadas e criticadas pela sociedade, os conflitos causados pela não

aceitação da família, a rejeição do bebê por conta da falta de preparo diante da responsabilidade de cuidar de outra vida, essa dificuldade de estabelecer um vínculo acaba às fazendo sentir culpa e baixa autoestima. Somada a isso se destaca os quadros de desistência escolar, pesquisas têm demonstrado que a quantidade de adolescentes que não frequentam mais a escola após a gravidez é de 68,3% e esse número aumenta para 85,7% quando a gestação está se encaminhando para o terceiro trimestre; esse abandono compromete seriamente não só a educação formal, mas também na menor qualificação e obstáculos nos projetos pessoais (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019). Souza et al (2018) salienta que essa interrupção, principalmente nas classes mais pobres da população, irá colocar esse público em desvantagem para alcançar postos melhores no trabalho, o que acaba mantendo a pobreza.

Cabe ressaltar também, as questões com o parceiro quando eles são informados da gravidez a Sociedade Brasileira de Pediatria (2019) destaca que na grande maioria das vezes a uma boa aceitação, mas com certas dificuldades no início por ser uma notícia que trás transformações das quais Jager e Dias (2015) salientam a na identidade, pois se antes seu papel social enquanto adolescente era estudar, se divertir e pensar em uma futura profissão, agora seu papel social de pai demanda amadurecimento, um estilo de vida responsável e ser o provedor econômico da família.

3. 4 ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE A GRAVIDEZ PRECOCE

A gravidez na adolescência é um acontecimento que acaba interferindo tanto nos aspectos fisiológicos, social e emocional (NASCIMENTO E ANDRADE, 2013). Diante dessas alterações Saviani-Zeoti (2015) evidência que os casos de ansiedade são esperados devido a inevitável presença de risco para a mãe e para o recém-nascido, esses níveis de ansiedade podem durar por bastante tempo chegando até o período pós-nascimento da criança o que ocasiona complicações obstétricas tanto depois na gestação como durante ela. Por conta dessas complicações a Lei nº 12.010 de 2009, inclui no ECA o § 4º que “Incube ao poder público proporcionar assistência psicológica a gestantes e a mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.”

Entretendo é importante ressaltar como aponta Mello e Parauta et al (2020) que ambos os sexos são diretamente participantes de uma gravidez na adolescência, mas em uma comparação das demandas de pai e mãe adolescentes notasse que as ações no atendimento às necessidades em saúde do homem encontram-se em desvantagem, pois o foco da assistência

materno-infantil reforça a visão de que o cuidado é de responsabilidade exclusiva da mãe o que acaba deixando esses serviços de saúde despreparados frente ao carecimento dos homens que querem exercer a paternidade. Os autores destacam que a falta de estímulo na participação do pai, a descontinuidade e a pouca oferta de atividades educativas.

Os autores Souza, Silva e Martins (2015) afirmam que uma forma de proporcionar esse atendimento durante a gestação seria a formação de grupos de apoio e neles se trabalhar as dificuldades que estarão presente durante a gravidez, esclarecer dúvidas sobre as mudanças corporais e emocionais, além de questões sobre como irá ocorrer o parto e os cuidados com o recém-nascido, esses grupos podem ser desenvolvidos por uma equipe multiprofissional composta por enfermeiro, assistente social e o psicólogo dessa forma eles iram oferecer um atendimento e um olhar maior para as necessidades, possibilitando assim uma vivência positiva da gravidez.

A atuação do psicólogo diante essa demanda segundo Nascimento e Andrade (2013) será na prevenção uma vez que esse profissional estará presente em rodas de conversa, palestras, grupos e em momentos que possibilitem o empoderamento e tomada de consciência do público adolescente para uma vida mais saudável. Somado a isso as autoras destacam que o psicólogo também atuara acolhendo e acompanhando as gestantes, sendo um agente facilitador para a conscientização, procurando estabelecer vínculos de confiança para poder trabalhar com temáticas mais delicadas, como sexualidade, aborto e a utilização e método contraceptivos, além de que o profissional de saúde mental deve sempre ouvir e valorizar os sentimentos e preocupações que os adolescentes demonstram.

4 METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa exploratória, qualitativa do tipo bibliográfica. De acordo com Gil (2008) a pesquisa exploratória busca desenvolver, esclarecer e modificar os conceitos e ideias utilizando a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses que possibilitem estudos futuros dentro da temática proposta. Além disso, essa modalidade de estudo permite menor rigidez no planejamento e geralmente envolve um levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Assim, essa pesquisa tem o objetivo de mostrar uma visão mais ampla e aproximativa sobre determinada temática.

Minayo (2001) descreve que a pesquisa qualitativa busca respostas às questões mais particulares. Ela não pode ser submetida à operacionalização de variáveis, pois trabalha com os significados, motivos, aspirações, valores e atitudes que estão ligadas ao espaço das relações, dos processos e fenômenos. Já a pesquisa bibliográfica Gil (2002) destaca que sua principal característica é o seu desenvolvimento que ocorre por meio de materiais já elaborados como livros e artigos científicos e uma das suas principais vantagens é que o pesquisador encontra uma vasta gama de assuntos que poderão ser pesquisados.

Os descritores utilizados foram: Gravidez Precoce, Atenção Primária, Psicologia e Gravidez na adolescência. Tivemos como critérios de inclusão: as publicações que se encontravam em periódicos científicos, livros, artigos, dissertações, documentos oficiais e publicação científica referente ao tema entre os anos de 2013 a 2022. Já os critérios de exclusão foram: pesquisas que não se encaixavam na temática proposta e as pesquisas que não demonstraram dados científicos. As principais fontes de dados usadas foram artigos publicados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO, PePSIC e documentos oficiais da área da saúde. Por fim, essa pesquisa teve seus dados analisados por meio da análise de conteúdo que segundo Bardin (2011) é uma técnica da metodologia que é aplicada em diversas discussões e nas formas de comunicação, seja de qual for a natureza. Nesse tipo de análise o pesquisador irá buscar compreender as características, estruturas ou o modelo que estão por trás destas mensagens. Foram utilizadas nesta análise as três etapas: a primeira pré-análise foi a leitura e escolha dos materiais, a segunda é a exploração do material onde foram definidas as seguintes categorias: Educação sexual e vida sexual precoce e a terceira etapa é o tratamento dos dados onde foi feita a interpretação do material.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente trabalho foram coletados dados qualitativos acerca da gravidez precoce e evidenciou-se que no Brasil o número de gestantes adolescentes que dão a luz a recém-nascidos é maior que a média mundial deixando claro que esse fenômeno ainda é um obstáculo na saúde pública que afeta diretamente o público adolescente podendo mudar o curso de suas vidas para sempre, uma vez que esta conectada a diversos fatores como os sociais, econômicos e psicológicos. Diante os resultados obtidos destaca-se a idade em que os jovens estão dando início a vida sexual e a falta de orientações sobre sexualidade e métodos contraceptivos deixando assim, os jovens cada vez mais vulneráveis não apenas a gravidez precoce, mas também a contrair infecções sexualmente transmissíveis (IST). Sobre a atuação do profissional de psicologia nessas medidas de prevenção constatou-se que a bibliografia que descreve o seu trabalho é pouca, e limita o profissional apenas a trabalhar grupos de apoio, uma vez que os casos de ansiedade provenientes dessas gestações são esperados.

É na adolescência como pontua Spinola (2020) em que acontece a primeira relação sexual, um acontecimento que demonstra a passagem para a vida adulta e a entrada em um mundo de novas descobertas. Contudo, insere esse jovem em um grupo de vulnerabilidade, pois como elucidam Maia e Monte et al (2021) nos dias atuais os adolescentes estão iniciando cada vez mais cedo sua a prática sexual, na grande maioria desses casos as decisões são tomadas de forma imatura, influenciadas pelos amigos e desprotegidas de orientações. Lara e Abdo (2015) destacam que esse início precoce é ainda mais frequente nos países que estão em desenvolvimento e que não possuem um programa de educação sexual implementado nas escolas em pesquisas realizadas na literatura destacou-se que a idade de início das atividades sexuais no Brasil caiu drasticamente, em 1950 era de 20 anos; em 1975 aos 18 anos; em 1996 aos 16 anos; e entre 1998 e 2004-5 a idade média era 15 anos (SANTOS E ALBUQUERQUE et al; 2015).

Nos anos seguintes esses números continuariam a cair foi o que demonstrou a pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que entrevistou 60,973 mil adolescentes do gênero masculino e feminino sobre seu comportamento sexual se evidenciou que a maioria teve atividades sexuais com 13 anos ou menos e 20% não fez uso de proteção na última relação sexual (PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR, 2019).

Diante disso, o início precoce das atividades sexuais (sexarca) sem as informações importantes para uma prática saudável, e a maturidade do jovem para administrá-la, o que

acaba expondo de imediato a uma série de perigos (BELISSE, 2012). Por isso, Araújo e Mouro et al (2021) apontam que a iniciação sexual precoce é uma situação de vulnerabilidade que requer políticas de promoção à saúde estruturadas em um processo social, político, ético, histórico e cultural, desta forma sendo capaz de aumentar o poder de escolha e a mudança desses comportamentos por meio de uma prática que seja transversal e intersetorial nas comunidades buscando manter o diálogo entre os envolvidos no processo de saúde-doença como também nas atividades de educação em saúde.

Entretanto, a criação e implementação dessas medidas de prevenção encontra-se um grande obstáculo, pois as ideias sobre sua concepção encontram-se divididas em dois extremos. O primeiro lado aponta que a educação sexual abrangente e segura deve ser ensinada para os adolescentes conforme suas idades e que seriam trabalhados tópicos relacionados à sexualidade por profissionais responsáveis, já o segundo lado defende a abstinência sexual até o matrimônio, com o argumento que nesse ensino sobre sexualidade haverá a legitimação das praticas sexuais antes do casamento e o ensinamento a crianças de como é feito sexo (SCHMITT E WATUIL et al; 2020).

O que esse segundo grupo desconhece é que sexualidade não é necessariamente o ato sexual, Pinheiro e Lima (2015) a definem como conjunto de atos e sentimentos que buscam alcançar o prazer. E esse prazer não é somente advindo do ato sexual em si, mas também na busca por amor, contato e intimidade se expressando principalmente na maneira de sentir e em como as pessoas interagem entre si, além de, começar a ser formada desde o nascimento até a morte, estando diretamente ligadas às características biológicas e psíquicas (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, 2017). Dessa forma a sexualidade se torna um fator de extrema importância na formação da identidade dos adolescentes, pois traz consigo mudanças biológicas, fisiológicas, psíquicas e sociais (OLIVEIRA E LIMA, 2022).

Além disso, Schmitt e Watuil et al (2020) acrescentam que em teoria a abstinência sexual é eficaz na prevenção a gravidez precoce e das ISTs, mas na pratica seu desempenho se aproxima de zero, pois muitos dos jovens que optam por essa medida acabam não mantendo essa escolha e muitos passam a ter relações sexuais sem o uso do preservativo e de métodos contraceptivos para se proteger. Por outro lado os autores elucidam que a educação sexual tem uma avaliação positiva, pois através dela se ensina aos jovens sobre reprodução, sobre seu próprio corpo, as ISTs, a respeitar o seu parceiro e da responsabilidade da utilização dos métodos contraceptivos; dessa forma evitando uma gravidez indesejada e contribuindo assim para a diminuição dos casos de gestação nessa faixa etária.

Munslinger e Silva et al (2016) que essa temática seja abordada de forma adequada. O debate desse tema tem que ser de forma íntegra profissional, clara e qualificada, pelos profissionais da educação e alunos, pois como salientado a sexualidade engloba muito mais que apenas sexo (FURLANETTO e LAUEMANN et al; 2021). Por isso, a educação em saúde e sexual se faz necessária nos currículos escolares, pois está ligada ao interesse social e pessoal estando principalmente inserida em contextos em que a vida desses jovens está se desenvolvendo, possibilitando assim que os estudantes possam refletir e discutir sobre as questões que estão envolvidas na temática promovendo assim uma vida mais consciente na liberdade de escolhas (VIÇOSA E SANTANA et al; 2020).

Assim, Ferreira, Piazza e Souza (2019), apontam que a escola é o melhor espaço para promover essas ações de promoção de saúde e educação sexual, porque sua principal característica é o caráter formativo. Somado a isso os autores ainda enfatizam a importância da escola nesse debate porque o tema sexualidade ainda é visto com um tabu social, envolto em mitos, estereótipos, crenças e valores religiosos o que restringe o diálogo entre pais e filhos a ocorrer apenas de forma superficial ou apresentando o assunto de maneira tradicional, o que deixa os adolescentes carentes de orientações.

É importante ressaltar que mesmo a escola sendo o ambiente mais propício para que ocorra esse debate Teles, Valverde et al (2022) elucidam os desafios que essa temática sofre para que aconteça sua realização como: a falta de preparo dos profissionais da área da educação que não tem uma formação inicial nem continuada sobre o assunto e o que acaba ocorrendo muitas vezes é que apenas o professor de biologia acaba tomando conta desse assunto e apresentando apenas a parte biológica, focando as aulas apenas em discutir os patógenos, o que não implica em uma educação sexual (MORAIS, JUNIOR et al, 2021).

A escola é a instituição que faz a ponte entre o aluno e o mundo, é pelo conhecimento adquirido através dos educadores que os jovens iram se desenvolver e se preparar para enfrentar as dificuldades da sociedade, por isso é fundamental que a escola compreenda que sexualidade e o desenvolvimento humano são assuntos indispensáveis e requerem também a colaboração da família nesse processo, pois a escola sozinha não pode resolver essa questão dependendo assim dos responsáveis realizem sua parte demonstrando aos adolescentes os valores morais que competem a eles (SOARES E SOARES, 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gravidez precoce continua sendo uma demanda de saúde pública preocupante, pois os casos seguem em ascensão e não parece existir um norte para que esse fenômeno acabe. Em virtude disso, essa pesquisa teve como objetivo identificar como o profissional de psicologia estaria atuando dentro das políticas preventivas que são destinadas a essa demanda por meio da compreensão do estágio da adolescência, da identificação dos problemas causados pela gestação precoce e visitando as políticas de prevenção. Por meio disso, a pergunta problema foi respondida e evidenciou-se que o psicólogo desempenha um papel importante na equipe multidisciplinar atuando em grupos de apoio, esclarecendo dúvidas sobre o processo da gravidez e buscando conscientizar o público adolescente para o exercício de uma vida sexual mais segura.

Embora se tenha encontrado esses resultados, cabe ressaltar que as campanhas e métodos de enfrentamento a essa problemática ainda são recentes e escassos, dessa forma seu efeito diante a situação é pouca. Além disso, no Brasil o debate sobre qual medida de prevenção continua sendo debatida por dois lados: Educação sexual versus Abstinência sexual, muito embora estudos diversos já tenham deixado claro que o primeiro método é o mais eficiente. No que diz respeito ao psicólogo sua atuação está pautada na prevenção dentro da atenção primária à saúde, entretanto mesmo sendo capaz de atuar em rodas de conversa, estando presente na equipe e esclarecendo dúvidas. Porém, o principal são as campanhas e as ações realizadas por elas ocorrem apenas uma vez por ano, deixando o público adolescente sem amparo após sua realização.

Dessa forma seria necessário pensar intervenções para serem realizadas durante todo o ano, voltadas para a orientação de adolescentes que estão iniciando sua vida sexual, mas também promover um ambiente acolhedor para os jovens que já estão passando pela experiência de uma gravidez não planejada a esse público seria de extrema importância realizar atendimento individual ou em grupo com o profissional de saúde mental. Cabe ressaltar que um trabalho de educação com os pais seria importante, para que eles possam enfrentar essa situação junto dos filhos podem lhes oferecer o apoio necessário.

Uma das principais dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa foi a falta de material recente sobre como o profissional de psicologia atua diante a gravidez precoce e também a falta de estudos sobre as políticas de prevenção que são destinadas a esse assunto. Também pontua-se a metodologia utilizada que limitou o estudo a seguir uma só maneira de pesquisar e analisar os dados coletados, além do tempo que foi relativamente curto. Diante

disso, a presente pesquisa contribui trazendo esse fenômeno novamente para o campo do debate de como a psicologia enquanto ciência pode e deve se debruçar sobre o assunto e desenvolver estudos sobre, principalmente no que diz respeito a formas novas de como o profissional de saúde mental pode atuar em uma prevenção mais próxima do público a quem ela é destinada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA RAAS, CORRÊA RDGCF, Rolim ILTP, HORA JMD, LINARD AG, COUTINHO NPS, OLIVEIRA, P. D. S. (2017). Conhecimento de adolescentes relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 70, 1033-1039.
- ALMEIDA TM, Rocha LS. **Gravidez na adolescência: reconhecimento do problema para atuação do enfermeiro**. Anais VII SIMPAC - Volume 7 - n. 1 - Viçosa-MG - jan. -dez. 2015 - p. 222 –227.
- ARAÚJO WJS; MOURA MIA; BRAGAGNOLLO GR; CAMARGO RAA; MONTEIRO EMLM. Fatores relacionado a iniciação das praticas sexuais precoces na adolescência: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. 1-15. 2021.
- AZEVEDO WF, DINIZ MB, FONSECA ESVB, AZEVEDO LMR, EVANGELISTA CB. **Complicações da gravidez na adolescência: revisão sistemática da literatura**. Einstein (São Paulo) vol.13 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2015 Epub June 09, 2015.
- BARBOSA LU, VIÇOSA LCSC, FOLMER V. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, Porto Alegre (RS), v. 11 (10). p. 1-10, 2019.
- Bardin L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.
- BELISSE, Claudia Leite. Atividade Sexual Precoce na Adoescencia: a importância da educação sexual nas escolas. **Projeto de Desenvolvimento Educacional (PDE) desenvolvido pela SEED/PR. Paraná**, p. 1460-8, 2012. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov/portals/pde/arquivo/1460-8.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2022.
- Brasil. Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019. Acrescenta art. 8º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Diário Oficial da União 2019; 4 jan.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.
- BRILHANTE, Joseny Ferreira. Gravidez na adolescência: causa e consequências relacionadas a gestação precoce em adolescentes no município de santa cruz/m. 2021. 56f. TCC (Graduação) – Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Santa Cruz, 2021. Disponível em: <https://repositório.ufrn.br/handle/123456789/38688>. Acesso em: 15 abr. 2022

CABRAL SC, BRANDÃO RE. **Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa.** Caderno de saúde pública, 2020.

CARTELO PA, FARIA SC, MARTINS BGC, SOUZA PSS, MATOS FK. **Conhecimentos e praticas dos adolescentes da capital de Mato Grosso quanto as DST/AiDS,** 2010.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília-DF; 2008.

FERREIRA IG; PIAZZA M; SOUZA D. Oficina de saúde e sexualidade: Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes da escola pública. Rev Bras Med Fam Comunidade. 2019; 14 (41):1788. [http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1788](http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1788).

FERREIRA THS, FARIAS MA. **Adolescência através dos séculos.** Psic.: Teor. e Pesq. 2010; 26 (2): 227- 234. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.

FRANCO, N. Santos, W. MAIO, E. Docentes da educação básica e a comunicação da sexualidade como conteúdo curricular. **Revista Ensino de ciências e humanidade.** v. 2, n. 2, p. 27 - 53, 2018.

FREGUGLIA, J.; FONSECA, M. **Mudanças na adolescência,** 2008.

FURLANETTO FM, LAUERMANN F, COSTA BC, MARIN HA. **Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura,** 2018.

FURLANETTO MF; LAUERMANN F; COSTA CB; MARIN AH. Educação sexual em escolas brasileira: revisão sistemática de literatura. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, v. 48. n. 168. p. 550-571, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5084>. Acesso em: 22 de maio, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HUPSEL TM, SCHNITMAN LV. **Psicologia da Saúde:** da atenção primária à hospitalar. Bahia: Sanar, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019.** Rio de Janeiro, 2021.

JADER ME, DIAS ACG. A Paternidade na Percepção de Adolescentes de Classes Populares. **Revista Psicologia: Ciência e profissão,** 2015, 35(3), 694-710.

LARA LAS; ABDO CHN. Aspectos da atividade sexual precoce. **Rev Bras Ginecol Obstet,** 199-202, 2015.

Lei nº 12. 010, de 3 de agosto de 2009 (2009). Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2. Acesso em 25 out. 2021.

LOPES, F, J. Educação sexual nas escolas. **Revista Internacional d'Humanistats**, São Paulo, n. 5, edição especial, p. 91- 104, 2021.

MAIA ABB; MONTE LMI; SOUZA RFV; SILVA AV; CARDOSO DRF; NASCIMENTO EF; MALLETT JRS. Protagonismo dos adolescentes e jovens na prevenção da sua saúde sexual. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, 2021.

MELLO MG, PARAUTA TC, SALDANHA BL, BRIDI AC, LEMOS A. **Participação do pai jovem no acompanhamento do pré-natal: a visão do profissional de saúde**. Rev Fun Care Online. 2020 jan/dez; 12:95-100. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v12.7068>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTERIO DA SAUDE. **Governo Federal realiza segunda edição da Campanha Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência**. Tecnoblog, 2021. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/11117>. Acesso em: 27 de set. 2021.

MORAIS LC; JÚNIOR JMS; COSTA JFS; PANJOTA LCR; LOBATO MC; MENDES RS; NETO AMJC. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7. n. 2. p. 12363-12383, feb, 2021.

MOREIRA AEM, RAMOS BB, ARAGÃO TAP, BARONI LD, FONTENELE KC, ARAÚJO JLS. **Psicologia na atenção primária à saúde: Desenhando possíveis cenários de atuação a partir da formação**. SANARE (Sobral, Online). 2021; 20(2): 107-114.

MOREIRA BLR, FOLMER V. **Percepções de professores de ciências e educação física acerca da educação sexual na escola**. Experiências em Ensino de Ciências, 2015; 10(3):18-30.

MOREIRA BR, FOLMER V. Educação Sexual na Escola: construção e aplicação de material de apoio. **Revista Experiência em Ensino de Ciências**, v. 6, p.151- 160, 2011.

MOREIRA BR, FOLMER V. Percepções de professores de ciências e educação física acerca da educação sexual na escola. **Revista Experiência em Ensino de Ciências**, v.10, n. 3, p.18-20, 2015.

MUNSLINGER, I. M.; DA SILVA, S. M.; DE BORTOLI, C. de F. C.; GUIMARÃES, K. B. A maternidade na perspectiva de mães adolescentes. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S. L.], v. 29. n. 3. p. 357-363, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/4541>. Acesso em: 21 maio. 2022

NASCIMENTO, A. S.; DE ANDRADE, A. B. **A atuação da psicologia na atenção básica frente à gravidez na adolescência**. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health, [S. l.], v. 5, n. 12, p. 118-142, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68553>. Acesso em: 30 out. 2021.

NUNES LO, CASTANHEIRA ERL, DIAS A, Zarili TFT, SANINE RR, MENDONÇA CS, et al. **Importância do gerenciamento local para uma atenção primária à saúde nos moldes de Alma-Ata.** Rev Panam Salud Publica. 2018;42:e 175. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.175>.

OLIVEIRA CAG; OLIVIERA ML. A relação sexual de adolescentes menores de 14 anos de idade e a responsabilidade penal dos pais por omissão. Revista Ibero- Americana de Humanidade, Ciências e Educação – REASE. São Paulo, v. 8, n. 3. mar. 2022.

OMS. Organização Mundial de Saúde. 2020. **Gravidez Adolescente.** Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-pregnancy>. Acesso em: 2 set. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. 2020. In: **Taxa de gravidez na adolescência no Brasil está acima da média mundial, aponta ONU.** Brasília: ONU. **Orientações Técnicas De Educação Em Sexualidade Para O Cenário Brasileiro: Tópicos E Objetivos De Aprendizagem.** 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762>. Acesso em: 17 de out. 2021.

PAPALIA, D. E. e FELDMAN, R. D. (2013). **Desenvolvimento Humano.** Porto Alegre, Artmed, 12ª ed.

PINHEIRO, Amanda Nunes; LIMA Hessen Handere. A relativização da vulnerabilidade no dilito de estupro de vulnerável, quanto aos menores de quatorze anos. **Água Acadêmica – Revista Científica dos Discentes da FENORD,** 2015.

RODRIGUES ARS, Barros VM, Soares PDFL. Reincidência da gravidez na adolescência: Percepções as adolescentes. **Revista oficial do conselho federal de enfermagem,** 2016. ROSA NB, SILVA-ROOSLI ACB. A psicologia na atenção básica: Possibilidades de Intervenção na promoção e prevenção à saúde. **Revista Psicologia e Saúde,** v. 11, n. 2, maio/ago. 2019, p. 99-114.

ROSANELI CF, COSTA NB, SUTILE VM. Proteção à vida e à saúde da gravidez na adolescência sob o olhar da Bioética. **Revista de Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 30(1), e300114, p. 1-12, 2020.

SANTOS TMB; ALBUQUERQUE LBA; BANDEIRA CF; COLARES VSA. Fatores que contribuem para o início da atividade sexual em adolescentes: revisão integrativa. **Revista de Atenção à Saúde,** v. 13, n. 44, abr/jun. 2015, p. 64-70.

SAVANI-ZEOTI F, Petean EBL. **Apego materno-fetal, ansiedade e depressão em gestantes com gravidez normal e de risco: estudo corporativo,** Estud. psicol. (Campinas) vol.32 no.4 Campinas Oct./Dec. 2015.

SBP. Sociedade Brasileira de Pediatria. **Abstinência sexual na Adolescência: o que a ciência evidencia como método de escolha para prevenção de gravidez na adolescência,** 2020.

SBP. Sociedade Brasileira de Pediatria. **Guia Prático de Atualização: prevenção da gravidez na adolescência.** Adolescência. Saúde, Rio de Janeiro, 2019; 11: 1-9.

SCHMITT MG; WANTUIL BJP, RODRIGUES FF, CARVALHO MR, FRANÇA JMC. Abstinência sexual: método de escolha na prevenção da gravidez na adolescência? **Revista Educação em Saúde**. v. 8, suplemento 1, p.410- 414, 2020.

SEXUALIDADE NA ADOLESCENTE. Serie orientações e recomendações FEBRASGO, v. 2, n. 3. 2017.

SOARES LM; SOARES NM. Educação sexual no contexto escolar: vozes de professores do Ensino Fundamental. **Research, Society Development**. v. 11. n. 2, 2022.

SOUZA CRO, GOMES KRO, SILVA KCO, MASCARENHAS MDM, ROGRIGUES MTP, ANDRADE JX, LEAL MABF. **Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez**. Cadernos saúde coletiva, Rio de Janeiro, p 160 – 169, 2018.

SOUZA OC, SILVA JJ, MARTINS OEM. **Apoio psicológico para mães adolescentes as saúde pública**, 2015.

SPINOLA MCR. **Fatores associados a iniciação sexual precoce em adolescentes em Santarém-PA**. SANARE (Sobral, Online). 19(1), 36-47, 2020.

TABORDA. **Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas**. Cad. saúde colet., Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 16-24, Mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414462X2014000100016&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 de out de 2021.

TELES WS; VALVERDES FJ; GONZAGA BC; SANTOS AS;; CASTRO ALS. Educação sexual para estudantes do ensino médio: percepções, lacunas e possibilidades. **Research, Society Development**. v. 11. n. 5, 2022.

VALENTE, Maria Madalena Duarte - **Empatia e agressividade na adolescência e sucesso escolar**. Lisboa: ISCTE, 2012. Dissertação de mestrado. Acesso em: 16 de out. 2021. Disponível em: [www:http://hdl.handle.net/10071/5504](http://hdl.handle.net/10071/5504).

VIÇOSA CSC; SANTANA EB; VIÇOSA DL; LIMA QCE; D'ANDRADE AM; SALGEUIRO ACF; FOLMER V. Saúde do adolescente e educação sexual na escola: tessituras a partir das perspectivas dos estudantes. **Research, Society Development**. v. 9. n. 6, 2020.